

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disso, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela da Silva e Silva - Técnica em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;

Josué de Brito Chaves - Estagiário; e

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Camila Veloso

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 99ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito Federal a criação da **LEI Nº 14.549, DE 13 DE ABRIL DE 2023** que institui a Semana Nacional do Uso Consciente da Água. Também enfatizamos a **LEI Nº 14.550, DE 19 DE ABRIL DE 2023**, que alterou a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei. Outrossim, destacamos a publicização de três **PORTARIAS CONJUNTAS entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Governo do Estado do Pará**, nºs **442, 443 e 444**, DE 18 DE ABRIL DE 2023 que instituem, respectivamente, o **Grupo de Trabalho Integração SISFlora - SINAFLORE (GTSIFlora-PA)**, o **Grupo de Trabalho Fiscalização Ambiental - Pará (GTF-PA)** e o **Grupo de Trabalho Cadastro Ambiental Rural - PA (GTCAR-PA)**, sendo destaque também na seção "SEMAS NA MÍDIA".

Já na esfera estadual, O Governo do Estado do Pará publicou a **LEI Nº 9.888, DE 5 DE ABRIL DE 2023** que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). Destacamos também a **RESOLUÇÃO COEMA Nº 177, DE 13 DE ABRIL DE 2023**, que aprova a criação de Câmara Técnica Temporária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, com o objetivo de elaborar Nota Técnica com orientações acerca de atos autorizativos de atividades de lavra garimpeira no estado do Pará. Ademais, a **PORTARIA SEMAS Nº 00688/2023, DE 18 DE ABRIL DE 2023** que designa servidores para compor a Julgadoria de Primeira Instância da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) também é destaque nesta edição.

No "FIQUE DE OLHO", indicamos a seleção para Mestrado e Doutorado promovida pelo Museu Emilio Goeldi, visando à seleção de candidatos(as) para a turma que iniciará o curso em maio de 2023, ofertando 9 vagas. Também divulgamos o edital de seleção para o curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido promovido pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

No "NORMA EM DESTAQUE", tem-se **DECRETO ESTADUAL Nº 3.026, DE 19 DE ABRIL DE 2023**, que altera o Decreto Estadual nº 1.429, de 5 de abril de 2021, que institui o Programa Rede de Descontos para servidores públicos ativos e inativos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará, seus dependentes, e pensionistas regularmente inscritos no Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGPPS).

No "NEL INDICA", recomendamos a leitura do livro "Desenvolvimento, Sustentabilidade, Gestão e Secretariado" que apresenta uma coletânea de estudos e pesquisas pluridisciplinares, abrangendo diversos temas sobre gestão e sustentabilidade socioambiental, competitividade e desenvolvimento regional e a formação e atualização profissional na gestão secretarial.

Fechando esta edição, em alusão ao Dia dos Povos Indígenas, o "NEL EM DESTAQUE", traz o Compêndio Legislativo contendo as principais legislações relacionadas à política indigenista em vigor, considerando as normativas da União, do Estado do Pará e do Município de Belém. Para acessar o material na íntegra, é só clicar no link da página 13.

Boa Leitura!

Equipe Nel

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.549, DE 13 DE ABRIL DE 2023 Institui a Semana Nacional do Uso Consciente da Água.

LEI Nº 14.550, DE 19 DE ABRIL DE 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei.

DECRETO Nº 11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023. Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.

DECRETO Nº 11.495, DE 18 DE ABRIL DE 2023. Institui o Conselho da Federação.

RESOLUÇÃO CNPE Nº 4, DE 20 DE MARÇO DE 2023 Altera a Resolução CNPE nº 6, de 23 de junho de 2022, que institui o Programa Nacional do Hidrogênio, cria o Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CEFIC Nº 11, DE 6 DE ABRIL DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Técnico para apresentar Minuta de alteração do Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, quanto à disposição dos campos "sexo" e "nome social" na Carteira de Identidade Nacional.

PORTARIA CONJUNTA C EX/SENASP Nº 1, DE 9 DE MARÇO DE 2023. Dispõe sobre os critérios de interoperabilidade e estabelece procedimentos para o compartilhamento de dados e informações entre o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas - Sigma.

PORTARIA MAPA Nº 575, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Cria o Plano de Desenvolvimento Agropecuário da Amazônia - Plano Amazônia + Sustentável no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária.

PORTARIA MAPA Nº 576, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Estabelece o modelo de gestão do Plano de Desenvolvimento Agropecuário da Amazônia - Plano Amazônia + Sustentável.



1

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SPA/MAPA Nº 42, DE 5 DE ABRIL DE 2023. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do Arroz de Sequeiro no estado do Pará, ano-safra 2023/2024.

PORTARIA IBAMA Nº 72, DE 5 DE ABRIL DE 2023. Institui Orientação Técnica Normativa sobre o registro de endereço cadastral de pessoa física e jurídica no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) quando o exercício de atividade sob controle ambiental ocorrer em localização distinta.

PORTARIA MMA Nº 76, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Submete a Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa para estabelecer os procedimentos a serem adotados para a avaliação de risco da introdução de espécies exóticas de invertebrados a serem utilizados no Brasil como agentes de controle biológico.

PORTARIA SDA Nº 781, DE 6 DE ABRIL DE 2023. Estabelece os períodos de vazio sanitário para a cultura da soja em nível nacional para o ano de 2023.

PORTARIA MDAAF Nº 10, DE 6 DE ABRIL DE 2023. Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.

PORTARIA MIDR Nº 1.405, DE 6 DE ABRIL DE 2023 Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

PORTARIA MDHC Nº 218, DE 10 DE ABRIL DE 2023 Institui o Protocolo de Atuação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em Situação de Riscos e Desastres.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SPA/MAPA Nº 63, DE 11 DE ABRIL DE 2023. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do Amendoim no estado do Pará, ano-safra 2023/2024.

PORTARIA MJSP Nº 351, DE 12 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para fins de prevenção à disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos por plataformas de redes sociais, e dá outras providências.

PORTARIA MMA Nº 89, DE 12 DE ABRIL DE 2023 Autoriza o Centro Especializado Prevfogo a contratar Brigadas Federais para a prevenção e combate aos incêndios florestais.

PORTARIA MC Nº 300, DE 13 DE ABRIL DE 2023. Estabelece novo calendário para apresentação e análise de documentos e contratação de financiamento do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional.

PORTARIA MIDR Nº 1.463, DE 14 DE ABRIL DE 2023 Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDÊ

PORTARIA MJSP Nº 356, DE 16 DE ABRIL DE 2023 Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Polícia Federal na Terra Indígena Yanomami.

PORTARIA MMA/IBAMA Nº 92, DE 17 DE ABRIL DE 2023. Institui Orientação Técnica Normativa sobre a obrigação de inscrição de estabelecimentos no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) vinculada à ação de controle aprovativa sob titularidade de matriz de pessoa jurídica.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA GM/MPI Nº 105, DE 18 DE ABRIL DE 2023 Institui, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas, Grupo de Trabalho para dialogar com a sociedade civil um fundo voltado para os biomas indígenas.

PORTARIA CONJUNTA GM/MMA/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Nº 442, DE 18 DE ABRIL DE 2023 Institui o Grupo de Trabalho Integração SISFlora - SINAFLO (GTSIFlora-PA) com o objetivo de articular ações estratégicas para garantir integração das bases de dados florestais entre os órgãos federais e o Estado do Pará.

PORTARIA CONJUNTA GM/MMA/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Nº 443, DE 18 DE ABRIL DE 2023 Institui o Grupo de Trabalho Fiscalização Ambiental - Pará (GTF-PA), com o objetivo de articular ações estratégicas de ordenamento territorial e fundiário e fiscalização ambiental no Estado do Pará.

PORTARIA CONJUNTA GM/MMA/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Nº 444, DE 18 DE ABRIL DE 2023 Institui o Grupo de Trabalho Cadastro Ambiental Rural - PA (GTCAR-PA) com o objetivo de articular ações estratégicas para garantir a efetividade do Cadastro Ambiental Rural no Estado do Pará.

PORTARIA GM/MPI Nº 103, DE 18 DE ABRIL DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas, Grupo de Trabalho para elaborar propostas e ações visando o acesso diferenciado a programas, serviços e ações de proteção social pelos povos indígenas.

PORTARIA MIDR Nº 1.481, DE 19 DE ABRIL DE 2023 Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

DESPACHO MF Nº 15, DE 6 DE ABRIL DE 2023. Publica Protocolos ICMS celebrados entre os Estados e o Distrito Federal.



NORMAS ESTADUAIS



LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 5 DE ABRIL DE 2023. Altera a Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995, que Instituiu a Região Metropolitana de Belém.

LEI Nº 9.888, DE 5 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH).

DECRETO Nº 2.986, DE 5 DE ABRIL DE 2023. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis que menciona, situados no Município de Belém, no Canal da Rua dos Mundurucus, no Estado do Pará.

DECRETO Nº 2.993, DE 10 DE ABRIL DE 2023 Homologa o Decreto Municipal nº 013/2023, de 08 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Jacareacanga, que declara “situação de emergência”, em virtude de chuvas intensas nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 2.994, DE 10 DE ABRIL DE 2023 Homologa o Decreto Municipal nº 013/2023, de 24 de fevereiro de 2023, editado pela Prefeita Municipal de Placas, que declara “situação de emergência”, em virtude de chuvas intensas nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 2.995, DE 10 DE ABRIL DE 2023 Homologa o Decreto Municipal nº 070/2023, de 28 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Irituia, que declara “situação de emergência”, em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 2.999, DE 11 DE ABRIL DE 2023. Altera o Decreto nº 2.854, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.000, DE 11 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto Municipal nº 126/2023, de 17 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Monte Alegre, que declara “situação de emergência”, em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.004, DE 12 DE ABRIL DE 2023 Homologa o Decreto nº 004/2023, de 21 de março de 2023, editado pela Prefeita Municipal de São João do Araguaia, que declara “situação de emergência”, em virtude de chuvas intensas, nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.005, DE 12 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto nº 5.391, de 23 de março de 2023, editado pela Prefeita Municipal de Juruti, que declara “situação de emergência”, em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.006, DE 12 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto Municipal nº 50/2023, de 27 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Cametá, em exercício, que declara “situação de emergência”, em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.007, DE 12 DE ABRIL DE 2023. Homologa o DECRETO MUNICIPAL Nº 037/2023 – GAB/PMT, de 03 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Trairão, que declara “situação de emergência”, em virtude de chuvas intensas, nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.020, DE 17 DE ABRIL DE 2023 Homologa o Decreto nº 006/2023-PMP/GP, de 28 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Prainha em exercício, que declara “situação de emergência”, em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.026, DE 19 DE ABRIL DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 1.429, de 5 de abril de 2021, que institui o Programa Rede de Descontos para servidores públicos ativos e inativos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará, seus dependentes, e pensionistas regularmente inscritos no Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGPPS).



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.028, DE 19 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto nº 058/2023- GAB, de 17 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Água Azul do Norte, que declara “situação de emergência”, em virtude de chuvas intensas nas áreas naquele Município.

DECRETO Nº 3.029, DE 19 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto nº 412/2023, de 20 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Pacajá, que declara “situação de emergência”, em virtude de chuvas intensas nas áreas naquele Município.

RESOLUÇÃO Nº 03/2023 – PR/CAL. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a concessão de diárias e passagens no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 177, DE 13 DE ABRIL DE 2023. Aprova a criação de Câmara Técnica Temporária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, com o objetivo de elaborar Nota Técnica com orientações acerca de atos autorizativos de atividades de lavra garimpeira no estado do Pará.

PORTARIA Nº 212/2023-PGE.G, DE 5 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

PORTARIA SEFA Nº 224, DE 11 DE ABRIL DE 2023. Divulga a Execução Orçamentária do Governo do Estado do Pará, realizada e registrada no SIAFÉ pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativa ao 1º bimestre de 2023 (janeiro/fevereiro), período de referência janeiro a fevereiro.

PORTARIA AGE Nº.060/2023-GAB, DE 17 DE ABRIL DE 2023. Cria os Grupos de Trabalho de Auditoria Operacional na área ambiental, no âmbito da Auditoria Geral do Estado do Pará – AGE.

PORTARIA SEMAS Nº 00688/2023, DE 18 DE ABRIL DE 2023. Designa servidores para compor a Julgadoria de Primeira Instância da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS).





PROCESSO SELETIVO - MUSEU GOELDI



A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Evolução – PPGBE, torna público o Edital de chamamento para inscrição visando à seleção de candidatos (as) para a turma que iniciará o curso em maio de 2023.

Inscrições online: 05 de abril a 21 de abril de 2023.

Para acessar o edital, [clique aqui.](#)



PROCESSO SELETIVO - MESTRADO E DOUTORADO

A Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/NAEA/UFPA, torna público o Edital de Seleção Especial para os Cursos de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento e Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental

Inscrições online: 17 de abril a 15 de maio de 2023 (até 17h).

Para acessar o edital, [clique aqui.](#)



NORMA EM DESTAQUE

DECRETO ESTADUAL Nº 3.026, DE 19 DE ABRIL DE 2023

Altera o Decreto Estadual nº 1.429, de 5 de abril de 2021, que institui o Programa Rede de Descontos para servidores públicos ativos e inativos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará, seus dependentes, e pensionistas regularmente inscritos no Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGPPS).



O Decreto Nº 3.026/2023 altera e acrescenta novos dispositivos ao Decreto de Nº 1.429 de 5 de abril de 2021, trazendo mudanças substanciais em sua forma, como o parágrafo 3º do art 2º.

Com o crescimento do parágrafo 3º no art 2º, consideram-se usuários do Programa os servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual, que ocupam cargo de provimento efetivo, na condição de ativos ou inativos, os servidores temporários, os estagiários, os ocupantes de cargo de provimento em comissão e agentes políticos, incluindo os seus dependentes e pensionistas definidos na forma deste artigo.

Antes limitava-se a "§ 2º Todos aqueles a quem se destina o Programa Rede de Descontos serão denominados usuários do Programa."



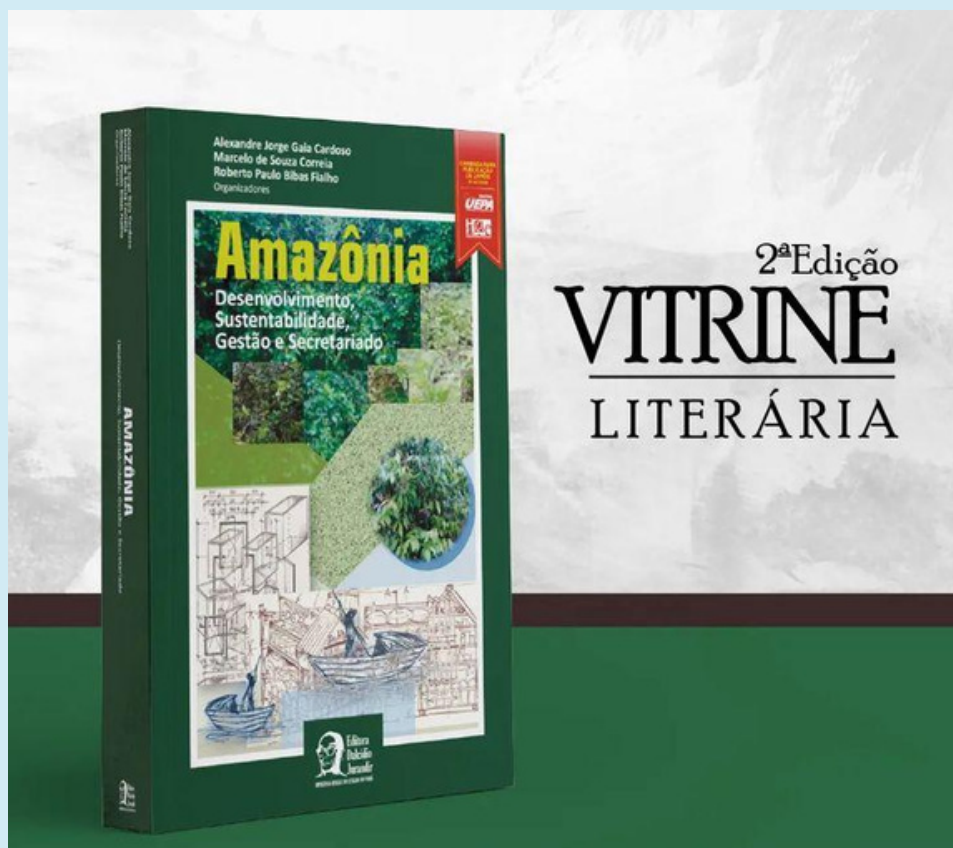
**PARA CONFERIR A REDE DE DESCONTO,
CLIQUE AQUI.**

Fonte: SEPLAD





DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE, GESTÃO E SECRETARIADO



O livro é uma das produções científicas, publicado em 2021, como resultado do edital em parceria com a Ioepa e a Universidade Estadual do Pará (Uepa), por meio do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE).

É uma produção organizada pelos pesquisadores Alexandre Cardoso, Marcelo Correia e Roberto Fialho, apresenta uma coletânea de estudos e pesquisas pluridisciplinares, abrangendo diversos temas sobre gestão e sustentabilidade socioambiental, competitividade e desenvolvimento regional e a formação e atualização profissional na gestão secretarial.

PARA CONFERIR O E-BOOK, [CLIQUE AQUI](#)





SEMAS NA MÍDIA



Pará e 'Meio Ambiente' firmam convênios para o combate de crimes ambientais

O Governador do estado do Pará, Helder Barbalho, e a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, firmaram convênios, para que os Governos Federal e Estadual avancem na fiscalização a crimes ambientais, troca de informações e regularização do uso do solo. Dentre os documentos assinados, destaca-se as Portarias Conjuntas, publicadas no Diário Oficial da União no dia 20 de abril de 2023, conforme a seguir:

PORTARIA CONJUNTA GM/MMA/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Nº 442, DE 18 DE ABRIL DE 2023 Institui o Grupo de Trabalho Integração SISFlora - SINAFLOR (GTSIFlora-PA) com o objetivo de articular ações estratégicas para garantir integração das bases de dados florestais entre os órgãos federais e o Estado do Pará.

PORTARIA CONJUNTA GM/MMA/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Nº 443, DE 18 DE ABRIL DE 2023 Institui o Grupo de Trabalho Fiscalização Ambiental - Pará (GTF-PA), com o objetivo de articular ações estratégicas de ordenamento territorial e fundiário e fiscalização ambiental no Estado do Pará.

PORTARIA CONJUNTA GM/MMA/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Nº 444, DE 18 DE ABRIL DE 2023 Institui o Grupo de Trabalho Cadastro Ambiental Rural - PA (GTCAR-PA) com o objetivo de articular ações estratégicas para garantir a efetividade do Cadastro Ambiental Rural no Estado do Pará.

Para conferir a notícia na íntegra, [clique aqui](#)

O alinhamento institucional entre Estado, municípios e União é fundamental, principalmente, nas ações de comando e controle associadas às políticas públicas de Estado, voltadas ao desenvolvimento socioambiental aliado à geração de empregos e renda.



NEL EM DESTAQUE

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAs-PA.

Responsável: Kelly Pereira

Revisão: Rebeca Reitz e Camila Veloso

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAs

Fotos: Agência Pará | Banco de Dados CANVA

Apoio: ASCOM/SEMAs



NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAs - PA

COMPÊNDIO LEGISLATIVO POLÍTICAS INDIGENISTAS ANO 2023

O dia 19 de abril foi definido como "**Dia dos Povos Indígenas**", três anos após a realização do 1º Congresso Indígena Interamericano, com a edição do Decreto-Lei nº 5.540, de 02 de junho de 1943, que aprovou a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano com o Decreto Legislativo nº 55, de 1953. No ano seguinte, o Brasil promulgou a Convenção, sobre o Instituto Indigenista Interamericano por meio do Decreto nº 36.098, de 19 de agosto de 1954.

Dada a importância da temática, o Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAs preparou o compêndio com as principais legislações relacionadas à política indigenista em vigor, considerando as normativas da União, do Estado do Pará e do Município de Belém.

**PARA CONFERIR O COMPÊNDIO NO SITE DA SEMAs,
CLIQUE AQUI.**





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br